



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022

Processo Licitatório nº: 31.348/2021

Processo de Recurso n º: 13.109/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2022

**OBJETO:** aquisição de microcomputadores do tipo desktop, para atender as necessidades a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.

**RECORRENTE:** ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA

**RECORRIDO:** PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 055/2022.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 055/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 10 de maio de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 31348/2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00055/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES DO TIPO DESKTOP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE, NAS CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 16:12:12 do dia 10/05/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 055/2022;



Comissão de Pregão II

Foram registradas duas intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, apresentou o recurso para o item 01 em 13/05/2022.

A empresa TREER TECNOLOGY EIRELI, apresentou o recurso para o item 02 em 03/05/2022.

Em 19/05/2022, a licitante HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA EIRELI apresentou Contrarrazões, para o item 01.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A recorrente sucintamente alega, que *"...Ao declarar Aceito e Habilitado no item 01 do Pregão em questão a empresa HORUS SERVICOS, manifestamos nossa intenção de interpor recurso, uma vez que a mesma não atendeu ao termo de referência do edital, ferindo dessa feita ao Princípio da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório..."*

b) Afirma ainda que, *"... o processador solicitado no edital é o processador I5 11500K, ou seja, um processador inexistente no mercado..."*

c) Prossegue afirmando que *"...O processador encontrado atualmente seria o I5 11500, levando em consideração a possibilidade de ter ocorrido um erro de digitação, o processador imediatamente superior ou*



Comissão de Pregão II

*equivalente ao solicitado seria o I5 11600, mas o arrematante ofertou o processador I5 10400, inferior ao termo de referência..."*

d) Conclui que *"...O processador ofertado também não atende às especificações mínimas exigidas. Dizeres do termo de referência: "(...) com frequência de no mínimo 3.2GHz (...)"*. Na proposta do arrematante, o processador ofertado I5 10400 apresenta frequência mínima de 2,80 GHz, afastando novamente das exigências mínimas constantes no edital..."

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

- a) *Receber e conhecer o presente Recurso Administrativo;*
- b) *Seja dado provimento ao presente recurso para reformar a decisão do Ilustre Pregoeiro, declarando como desclassificada a empresa HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA.*
- c) *A presente seja julgada de acordo com as Legislações pertinente à matéria e em respeito aos princípios basilares do direito.*

Todavia, não sendo esse o entendimento de V. Sa., requer que sejam os autos remetidos à autoridade superior competente para que, após sua análise, defira os pedidos ora exarados.

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA EIRELI, alega que *"...O recurso apresentado pela RECORRENTE, alegando o não atendimento por termos ofertado processador inferior, neste caso, I5-10400 demonstra, um profundo desconhecimento do diploma editalício, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório, por parte da recorrente, além de*



Comissão de Pregão II

*manifestação vaga e subjetiva quando foi concedido o direito ao manifesto de recurso, pois limitou-se apenas a redigir que o processador apresentado por nossa empresa é inferior ao termo de referência , numa desesperada 'tentativa' com alegações vagas e sem nenhuma sustentação..."*

*Prossegue alegando que, "... fica evidente a clara "tentativa" da Recorrente em tumultuar o presente processo e retardar a presente aquisição por parte desta Administração com notório desconhecimento dos princípios basilares da licitação em epírafe..."*

*Pontua que, "...a RECORRENTE simplesmente criou a "tese" absurdamente obscura, pois alega que num erro formal de digitação presente no termo de referência, neste caso, processador I5-11500K que de fato não existe, cria um regramento que instrui a cotar processador imediatamente superior! Senhores, verdadeiro absurdo, pois não existe nenhuma matéria que faça referência a este tipo de procedimento... "*

*Afirma que, "...Ao acessar o link da Intel... ,conforme fica claramente demonstrado, ofertamos um processador inclusive superior ao TR editalício..."*

*Conclui que, "...Dessa forma e por todos argumentos aqui expostos, não há qualquer razão para alterar a decisão já preferida, acertadamente, pelo Pregoeiro e equipe desta comissão que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios..."*

*Requer a recorrida que "...Dado o julgamento exato que foi deferido por esse nobre Pregoeiro e equipe, conforme demonstramos cabalmente em nossa peça e já*



Comissão de Pregão II

*apresentados nos catalogos, solicitamos que esta comissão considere como indeferido o recurso da empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA....”, requer ainda que “...Não Obstante, requer-se, também, que seja indeferido o pleito da recorrente no que tange `a desclassificação desta CONTRARRAZOANTE, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio no diploma editalício...”*

VI. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento*



Comissão de Pregão II

*objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."*

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA

Inicialmente cumpre destacar que por se tratarem de questionamentos técnicos, este pregoeiro diligenciou junto a Subsecretaria de Tecnologia da Informação solicitando pronunciamento de ordem técnica, diante das alegações trazidas pela recorrente, na forma que dispõe o item 26.5 do edital.

Em reproposta a diligência o Subsecretaria de Tecnologia da Informação, através de seu subsecretário o Sr. José Cláudio Combat Vieira, declarou resumidamente o seguinte, *"... considerando que as referidas exigências estão contidas no Termo de Referência, e o equipamento ofertado pela empresa Horus Serviços de Tecnologia Ltda, não atende os princípios mínimos de razoabilidade as necessidades do solicitante...)* (Documento em anexo).

Quanto alegação que o Processador 11500k inexistente no mercado a subsecretaria, em resposta, apenas informou o seguinte:



Comissão de Pregão II

B) Processador inexistente no mercado.

**Resposta:** Lançamento em Q1'21



**Processador Intel® Core™ i5-11500K**

Cache de 12 MB, até 4,90 GHz

Este pregoeiro também diligenciou junto ao site da fabricante do processador, [www.intel.com.br](http://www.intel.com.br), onde também não encontrou informações do processador i5 11500k, tanto na consulta com o filtro de processadores "atuais", quanto com os filtro de processadores "descontinuados", através do endereço eletrônico <https://www.intel.com.br/content/www/br/pt/products/details/processors/core/i5/products.html?genId=202985>

Por conseguinte, considerando que, o edital especifica de forma clara, em seu Anexo I – Termo de Referência "...PROCESSADOR - processador 11.500k ou superior com frequência de no mínimo 3.2 GHz, com arquitetura x86- 64; no mínimo 06 (seis) núcleos físicos e 06 (seis) threads; frequência real de clock interno de, no mínimo, 2,80 GHz; frequência turbo max de, no mínimo, 4,00 GHz; litografia de, no máximo, 14nm; cache interna de no mínimo 09 MB; velocidade de barramento de no mínimo 8 GT/s..." [grifo nosso]

Considerando as informações trazidas pela Subsecretaria de TI desta prefeitura onde o referido processador tem as especificações mínimas de cache de 12 MB,





Comissão de Pregão II

e de clock 4,90 GHz, corroborando que, inobstante a secretaria requisitante ter pretendido adquirir o processador Intel i5 11500k, descreveu especificações de outro processador, bem inferior ao solicitado.

Considerando a alegação da recorrente que *"... o processador solicitado no edital é o processador i5 11500K, ou seja, um processador inexistente no mercado..."*

Considerando as alegações da empresa recorrida que, *"... a RECORRENTE simplesmente criou a "tese" absurdamente obscura, pois alega que num erro formal de digitação presente no termo de referência, neste caso, processador I5-11500K que de fato não existe, cria um regramento que instrui a cotar processador imediatamente superior! ..."*. [grifo nosso]

Considerando que a lei 10.520/02 preceitua que:

"Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte  
[...]

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;  
[grifo nosso]

Considerando os princípios dispostos no Decreto Federal 10.024/2019 que regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica.

*Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade,*



Comissão de Pregão II

*da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos. [grifo nosso]*

Considerando a Súmula TCU 177 a qual dispõe que:

*A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes*, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão. [grifo nosso].

Considerando que o instrumento convocatório não pode prestigiar critério subjetivos e que a falta de clareza na especificação do objeto, podem afetar o julgamento objetivo das propostas.

Assim sendo, ante a todo o exposto, entendo ter havido prejuízo do princípio do julgamento objetivo das propostas com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, do objeto em comento, pela divergência entre as especificações trazidas no Termo de Referência Anexo I do edital.



Comissão de Pregão II

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 55/2022, e no mérito, DOU PROVIMENTO, pela ALTERAÇÃO do julgamento anteriormente proferido, INABILITANDO a empresa HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA EIRELI, e ANULAÇÃO dos itens 01 e 02 - Microcomputador Tipo Desktop, no pregão em comento, com o retorno da fase de Julgamento previsto para 23/06/2022 às 14:00h..

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 21 de junho de 2022.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870